



# FILIAIS E AGÊNCIAS CGD

## Filial de Viseu

### A Delegação

Comemora-se em 2016 o centenário da inauguração da filial de Viseu que ocorreu em 3 de janeiro de 1916. No entanto, a presença da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Viseu acontece desde 1881 com a inauguração da sua Delegação, junto da Repartição Distrital de Finanças.

Referimos alguns apontamentos dos primórdios de atividade desta Delegação: o primeiro depósito no valor de 87 mil réis, em nome de António Peixoto Amaral (5 de julho de 1881); a primeira conta na Caixa Económica Portuguesa (CEP), em nome de Esperança da Conceição Pais de Figueiredo (21 de dezembro de 1887); a primeira entidade pública a constituir conta foi a Associação Viseense dos Bombeiros Voluntários.

O manifesto desenvolvimento da Delegação (o saldo da CEP em finais de 1910 era de 7.000 contos e, em finais de 1915, de 21.4000 contos), a progressiva autonomia da CGD na linha das orientações definidas no *Regulamento Provisório* de 1877 e reforçadas em 1918 pelo art.º 1.º da *Lei Orgânica* da CGD afim de *12.º Criar filiais, delegações ou agências com pessoal próprio da Caixa, onde o julgue necessário*<sup>1</sup>, impunha a necessidade de instalação de serviços condicentes com o estatuto e a imagem que a CGD ia adquirindo.

Para o efeito, foi arrendado o rés-do-chão (e jardim) do Palacete Silva Mendes, propriedade da fidalga beirã Maria do Céu da Silva Mendes, situado na Rua Nunes de Carvalho, n.º 1, Largo Major Teles, sendo o contrato celebrado entre a proprietária e José Estevam de Vasconcelos, administrador da CGD.

O aluguer iniciou-se em 1 de outubro de 1915, pelo valor mensal de 13\$75, e o contrato definia *6.º que o prédio que faz objecto deste contracto é destinado á instalação dos serviços de Delegação da Caixa Económica Portuguesa, nesta cidade*<sup>2</sup>.

O início de atividade ocorreu em 3 de janeiro de 1916, sendo Rodolfo Armando Faria de Oliveira o primeiro gerente (1916 a 1920) e o quadro constituído por seis funcionários.

---

<sup>1</sup> *Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos, Decreto com força de lei n.º 4 670 de 14 de Julho de 1918, Diplomas Complementares*, Tipografia da Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 1927, p. 9.

<sup>2</sup> AHCGD, Caixa. 30, Pasta DPO-199 (Viseu).



Em 23 de dezembro de 1929 (Ofício N.º 2997), o gerente Fernando Cordeiro Pinto Portugal alertou o Administrador Geral da CGD para as (...) *acanhadas, deficientes e más condições em que actualmente se acha instalada esta Filial (...)*<sup>3</sup>, sugerindo a tomada de iniciativas que protegessem os interesses da instituição e apresentando sugestões de anúncios de venda de prédios.

A pertinência da mudança de instalações, nomeadamente com a construção de um edifício de raiz, surge expressa em Ofícios enviados à Administração da CGD em fevereiro de 1931, por diversas entidades da cidade de Viseu: Governo Civil, Câmara Municipal e Associação Comercial & Industrial.

Após a construção da Filial da CGD, no edifício arrendado na Rua Nunes de Carvalho, n.º 1, funcionou o Grande Colégio Português e, posteriormente, a Santa Casa da Misericórdia.

### **A construção da Filial**

Após análise de diversas propostas de aquisição de terrenos e/ou prédios, a Administração da CGD propôs ao Banco de Portugal (BdP) comprar um edifício sito na Av. Alberto Sampaio, no qual se localizara a agência daquela entidade bancária e onde ainda se encontrava instalada a Repartição de Finanças (Ofício N.º 11218, de 18 de maio de 1931). A escritura foi realizada em 17 de agosto de 1931, pelo valor de 150.000\$00, com a presença do Dr. Daniel Rodrigues Salgado, Administrador Geral da CGD.

Em 1933, a CGD, em função das pressões das (...) *forças vivas da cidade, invocando a importância da Filial desta Caixa em Vizeu e os interesses da cidade (...)*<sup>4</sup>, iniciou a procura de espaços para a construção de um edifício de raiz, opção reforçada pelas dificuldades técnicas surgidas aquando das obras de adaptação do edifício adquirido ao BdP.

A escolha para a instalação definitiva do edifício da Filial recaiu na compra de dois terrenos contíguos, um pertencente à Shell Company of Portugal, junto à Praça da República (350m<sup>2</sup> - 70.000\$00) e outro camarário, na Travessa Gaspar Barreiros (50,73 m<sup>2</sup> - 10.146\$00), constituindo uma área adequada e situada no centro da cidade.

No âmbito do negócio, a Câmara Municipal adquiriu à CGD o edifício comprado ao BdP pelo mesmo valor da anterior compra, conforme autorizado pelo Decreto-Lei 25.755/35, tendo a escritura somente ocorrido em janeiro de 1939.

---

<sup>3</sup> *Idem*

<sup>4</sup> *Ibidem* – Ofício da CGD para Ministério das Finanças.



Em 29 de outubro de 1934, a CGD lançou concurso público para elaboração do projeto de construção do edifício da Filial.

Para avaliação das propostas, com prazo de entrega até 26 de janeiro de 1935, a CGD constituiu um júri composto pelo Capitão Francisco de Almeida Moreira (diretor do Museu Regional de Grão-Vasco); Arq.<sup>o</sup> João António Piloto (professor na Escola de Belas Artes e Chefe da Repartição de Arquitetura da Câmara Municipal de Lisboa); Arq.<sup>o</sup> Tertuliano Marques (presidente do Sindicato dos Arquitetos); Alexandre Eduardo Gomes Fontes Pereira de Melo (inspetor da CGD) e José Eugénio Duarte Ferreira (Eng.<sup>o</sup> consultor da CGD).

Foram cinco os projetos apresentados a concurso (por ordem de classificação nos pareceres de 16 de março de 1935):

- *Vizeu* - Arq.<sup>o</sup> António Maria Veloso dos Reis Camelo (melhor classificado por unanimidade do júri);
- *Viriato* - Arquitetos António Maria Veloso dos Reis Camelo e João Simões;
- *Fortuna* - Arquitetos Cottineli Telmo e Bernardino Coelho;
- *Arenilha* - Sem pontuação relevante;
- *Viseu 1935* - Sem pontuação relevante.

O projeto foi aprovado pela Câmara Municipal em 6 de novembro de 1936.

As propostas referentes ao concurso para a execução empreitada de construção, foram abertas em 2 de novembro de 1936, ficando melhor cotada a empresa Vizeu Industrial, Lda. com o valor de 953.500\$00, pago em vinte e quatro prestações após respetivos autos de medição, sendo o contrato de empreitada assinado no dia 11 do mesmo mês e as obras iniciadas em janeiro do ano seguinte.

Face à evolução das obras, em 4 de novembro de 1937 o Arq. António Reis Camelo<sup>5</sup> refere a necessidade de se proceder à execução dos motivos escultóricos a instalar: três baixos-relevos, sobre a porta principal, e uma estátua, no eixo da fachada principal (assunto urgente pois condicionava o desenvolvimento da obra, conforme diversos relatórios seus e da firma construtora). A montagem dos baixos-relevos foi concluída em fevereiro de 1939, sendo a estátua instalada em maio do mesmo ano.

Em 29 de maio de 1939, já com os trabalhos em fase de conclusão e devido ao atraso na decoração da sala de expediente, a empresa Vizeu Industrial solicitou o prolongamento do prazo de conclusão da obra por um período de trinta dias, obtendo a aprovação da CGD que passou a data limite de conclusão para finais de junho (Ofício N.<sup>o</sup> 2.441).

---

<sup>5</sup> Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura, em 1931, 1942 e 1945.



Na fase de conclusão da obra, e no sentido de proceder aos trabalhos de pavimentação dos passeios envolventes ao edifício, a CGD entregou à Câmara Municipal a execução desses trabalhos procurando a sua uniformização com os restantes pavimentos da cidade, em termos estéticos e materiais.

O auto de receção provisória dos trabalhos de construção do edifício ocorreu em 13 de setembro de 1939, sendo registado que, apesar de algumas deficiências não impeditivas da receção, *Depois de vistoria cuidada a todo o edifício reconheceu-se que foram cuidadosamente executados os trabalhos (...) de acordo com o projecto e respectivas alterações (...)*<sup>6</sup>.

Refira-se que o Arq.<sup>o</sup> António Reis Camelo, em diversos relatórios, referenciou a empresa relativamente ao seu desempenho: *Os trabalhos, de uma maneira geral, estão bem executados, notando-se até certo escrúpulo e brio profissional da parte da firma empreiteira, pela forma como estão sendo executados certos pormenores, escrúpulo e brio profissional que, aliás, sempre notei desde o início das obras*<sup>7</sup>.

Em 20 de fevereiro de 1940 foi realizada a receção definitiva do edifício, tendo a inauguração ocorrido em 1 de junho desse ano.

## As obras de arte

No sentido de enriquecer esteticamente as fachadas do edifício, a CGD informou, em 10 de dezembro de 1937, a Sociedade Nacional de Belas Artes, a Escola de Belas Artes de Lisboa e do Porto e os arquitetos Veloso dos Reis e João Simões, da pretensão de obter esboços de artistas nacionais para os elementos decorativos a instalar na sua Filial em Viseu.

A seleção recaiu sobre:

- Baixos-relevos - Autoria de Henrique Moreira (alusivos às atividades de *Comércio, Indústria e Agricultura*), pelo valor de 15.000\$00;
- Estátua - Autoria de Afonso João de Brée (representando a *Economia, Abundância e Riqueza*), pelo valor de 10.000\$00. A conclusão das respetivas montagens registou-se em 23 de fevereiro (baixos-relevos) e 23 de maio (estátua) de 1939.

No sentido de dotar a sala de expediente com uma pintura de fresco, com as dimensões de 12m (comp.) x 3m (alt.), a CGD convidou, em 13 de junho de 1939, o artista Abel Manta para executar a referida pintura.

---

<sup>6</sup> AHCGD, Caixa. 31, Pasta DPO-204 (Viseu) – Auto de Recepção Provisória.

<sup>7</sup> *Idem* – Relatório de 19 de janeiro de 1939.



O artista aceitou o convite propondo, como motivos a incluir na pintura, diversos apontamentos referentes a paisagens beirãs, assim como alusivos às atividades e riquezas naturais da província da Beira Alta, referindo um custo de 40.000\$00.

As condições acordadas posteriormente definiam que a adjudicação seria no valor de 30.000\$00, tendo a obra sido concluída em 14 de maio de 1941.

## **As remodelações**

Data de 14 de janeiro de 1952 a necessidade de execução de obras de remodelação, considerando o estado de deterioração que apresentavam alguns elementos estruturais do edifício, sendo definido em 30 de junho (Ofício N.º 371) que só se realizariam pequenas reparação de cariz muito urgente, pois encontrava-se em estudo o anteprojecto de remodelação do edifício.

Através do Ofício N.º 708, de 4 de junho de 1956, o engenheiro diretor delegado José de Espregueira Mendes recomenda à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) o Arq. Carlos Oldemiro Franco Chaves Costa para elaboração do projecto de remodelação e ampliação do edifício, tendo o contrato sido celebrado em 19 de setembro desse ano.

Pretendia-se que (...) *se levasse em consideração o desenvolvimento futuro de alguns serviços que, mais tarde, não seriam facilmente ampliáveis*<sup>8</sup>, mas também, (...) *colaborar numa obra de embelezamento e arranjo da praça em que se localiza [Praça da República]*<sup>9</sup>, já tendo a CGD demolido um edifício anexo para esse efeito.

Após diversos pareceres e propostas de alterações ocorridas durante 1957, algumas das quais implicavam a quase demolição do edifício existente, foi o anteprojecto aprovado em 7 de janeiro de 1958 pelo Conselho Superior das Obras Públicas (CSOP), tendo em 12 de maio sido aprovado o novo anteprojecto que, no dia 21 desse mês, obteve a homologação do Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira.

A distribuição dos serviços consistia, fundamentalmente: Cave - arquivos e casa-forte; Rés-do-chão – expediente; Piso intermédio – inspeções da junta médica; 1º andar – Casa de Crédito Popular; 2º andar – habitação do gerente.

O projecto definitivo foi aprovado em 11 de setembro de 1958 pela DGEMN, salientando o parecer daquele organismo que *Não se julga conveniente considerar a preferência por material*

---

<sup>8</sup> AHCGD, Caixa. 31, Pasta DPO-206 (Viseu) – Parecer da Comissão de Revisão da DGEMN.

<sup>9</sup> *Idem* – Parecer da CSOP.



*de origem estrangeira (...) visto que a industria nacional fabrica (...) em boas condições de qualidade*<sup>10</sup>, manifestando preferência pelos produtos nacionais.

Após lançamento do concurso, a abertura das propostas ocorreu em 23 de dezembro de 1958 com a participação de quatro empresas, sendo a cotação apresentada pela firma Simões Pereira & C<sup>a</sup>, Ld.<sup>a</sup> a mais favorável (5.799.835\$50).

O contrato de adjudicação, n.º 67620/400, foi celebrado em 2 de abril de 1959 tendo os trabalhos sido iniciados em 1 de junho desse ano, conforme Auto de Consignação de Trabalhos.

O Auto de Receção Definita dos trabalhos ocorreu em 7 de dezembro de 1964.

Em 1966 começou a ser ponderada a ampliação do edifício para uma área disponível, confinante com a Rua da Victória, a qual não tinha sido intervencionada na remodelação de 1959, existindo nos mesmos moldes desde a construção do edifício em 1937. Destinava-se à construção de espaços administrativos e de habitações destinadas a funcionários.

Assim, em 6 de abril de 1966, a DGEMN informou a CGD de que o projeto seria elaborado pelo Arq. Carlos Oldemiro Franco Chaves Costa, tendo o contrato sido celebrado em 17 de julho seguinte, conforme referido no Artigo 1.º do Decreto N.º 47099: *É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com o architecto Carlos Oldemiro Franco Chaves Costa para proceder à **elaboração** do projecto da obra de ampliação do edifício da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e **Previdência** de **Viseu**, pela quantia de 75600\$00*<sup>11</sup>.

Após aprovação do projeto, assinado pelo arquiteto em 2 de abril de 1968, o concurso público foi lançado em 31 de maio do mesmo ano, tendo por base de licitação o valor de 3.501.240\$00.

A abertura das propostas foi em 26 de junho desse ano, apresentando-se dois candidatos, dos quais a empresa ganhadora foi Simões Pereira & C.<sup>a</sup>, Ld.<sup>a</sup> pelo valor de 3.445.200\$00.

No entanto, devido a condicionalismos formais e por decisão do subsecretário das Obras Públicas, em 31 de julho este concurso foi anulado e decidida a abertura de outro concurso, conforme informação da DGEMN à CGD.

A abertura das propostas do novo concurso ocorreu em 4 de setembro tendo-se apresentado quatro concorrentes, dos quais a empresa ganhadora foi Gonçalo Simões Pereira, pelo valor de 3.483.700\$00.

---

<sup>10</sup> *Ibidem.*

<sup>11</sup> *Diário do Govêrno*, N.º 163, I Série, de 15 de Julho de 1966.



O contrato de adjudicação foi assinado em 14 de janeiro de 1969, iniciando-se as obras de imediato, conforme Auto de Consignação de Trabalhos.

O último Auto de Vistoria e Medições data de 28 de dezembro desse ano.

Mas as reduzidas dimensões dos espaços disponibilizados para os serviços e atendimento ao público, face ao volume de negócio, ao número de funcionários e à afluência de clientes, não se adequavam à quantidade de serviços e qualidade de atendimento exigido. Assim, em 1984 foram iniciadas novamente obras de remodelação que implicaram a transferência dos serviços para instalações provisórias durante a sua realização.

Com uma área de 3.400m<sup>2</sup> distribuída por três pisos e cave, e dotada com doze terminais e um ATM Multibanco, as instalações da Filial de Viseu reabriram em 15 de dezembro de 1986.

#### **Bibliografia**

- CGD, *Boletim de Informação Interna*, Maio, n.º 68 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas, Lisboa, 1989.
- AHCGD, Caixa. 30, Pasta DPO- Processo n.º 199 (Viseu).
- AHCGD, Caixa. 31, Pasta DPO- Processos n.º 201 a 206 (Viseu).
- AHCGD, Caixa. 32, Pasta DPO- Processos n.º 207 e 210 (Viseu).
- AHCGD, *Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos, Decreto com força de lei n.º 4 670 de 14 de Julho de 1918, Diplomas Complementares*, CGD, Lisboa, 1927.
- BRITES, Joana Rita da Costa, *Arquitectura da CGDCP, Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, 1929-1970*, Prosafeita : Lisboa, 2014, ISBN 978-972-95869-7-2.
- *Diário do Governo*, N.º 189, I Série, de 16 de Agosto de 1935.
- *Diário do Governo*, N.º 163, I Série, de 15 de Julho de 1966.

#### **Joaquim Pombo Gonçalves**

*Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*

Novembro de 2016

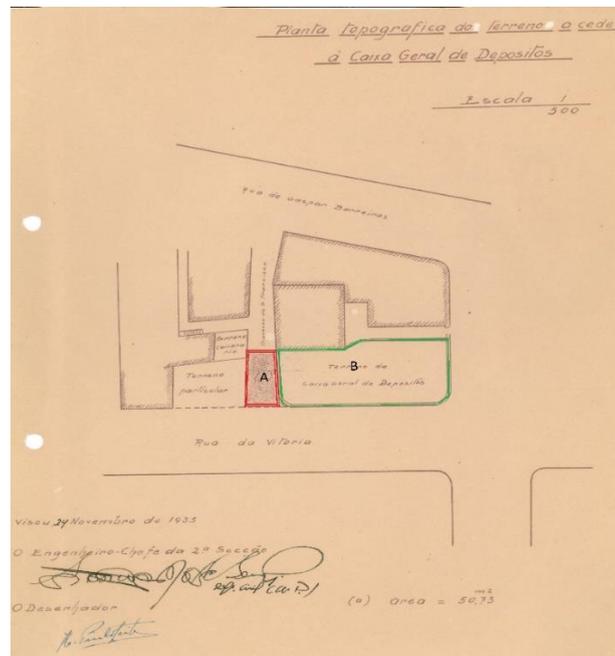


## GALERIA DE FOTOS



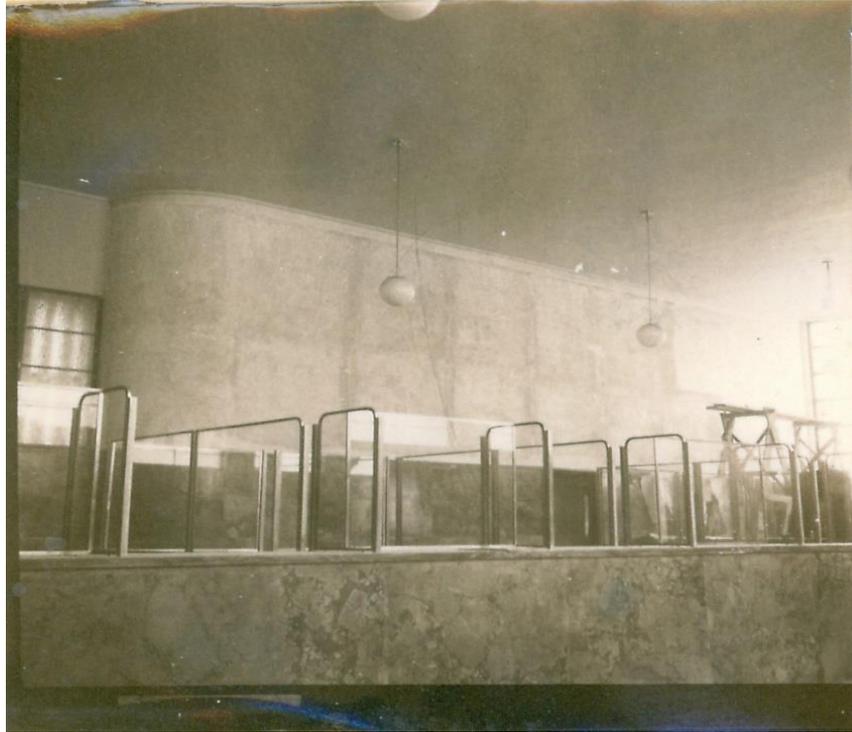
Fonte: AHCGD

– Edifício adquirido pela CGD ao Banco de Portugal, 1931 –



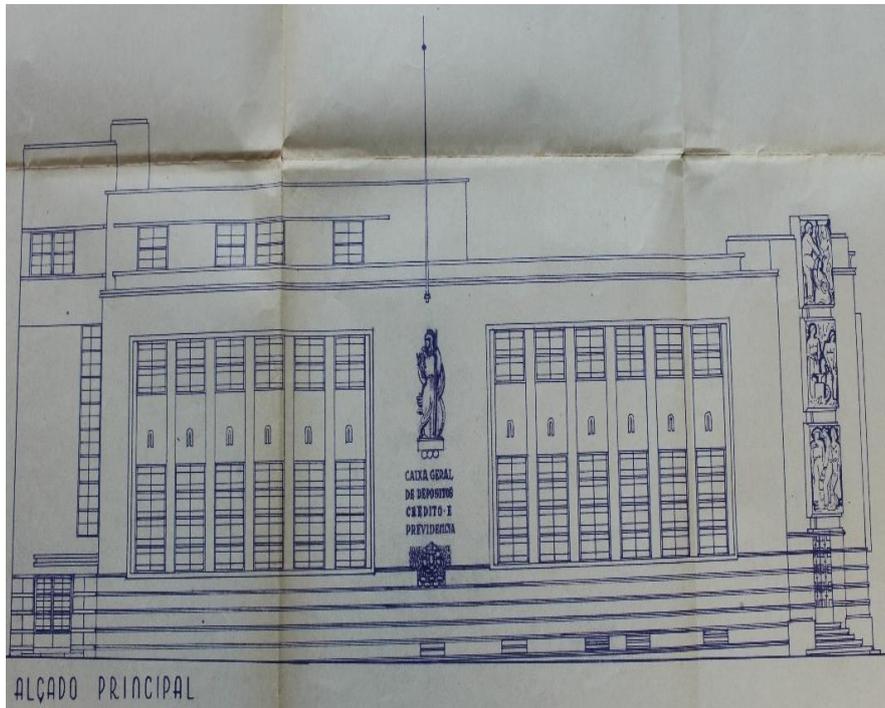
Fonte: AHCGD

– Terrenos adquiridos à CMV (A) e à Shell (B), 1935 –



Fonte: AHCGD

– Sala de Expediente: mural para pintura de fresco, 1939 –



Fonte: AHCGD

– Alçado principal, 1940 –



Fonte: AHCGD

– Alçado lateral, 1940 –



Fonte: AHCGD

– Baixos-relevos (proposta): *Comércio, Indústria, Agricultura*, 1940 –



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, CRÉDITO E PREVIDÊNCIA  
*FILIAL DE VIZEU*



Fonte: AHCGD  
– Edifício, 1940 –



Fonte: DNI  
– Interiore, anos 1990 –



Fonte: DNI

– Edifício, anos 1990 –